



Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia
O Presidente

23.1.2024

Ex.^{mo} Senhor Johan Van Overtveldt
Presidente
Comissão dos Orçamentos
BRUXELAS

Assunto: Parecer sob a forma de carta sobre as orientações para o orçamento de 2025 -
Secção III (2023/2220(BUI))

Ex.^{mo} Senhor Presidente,

No âmbito do processo em epígrafe, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia foi incumbida de submeter um parecer à apreciação da comissão a que V. Ex.^a preside. Na sua reunião de 28 de novembro de 2023, a comissão decidiu proceder ao envio do presente parecer sob a forma de carta.

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia examinou o assunto na sua reunião do dia 23 de janeiro de 2024. No decurso da referida reunião decidiu instar a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar na proposta de resolução que aprovar as sugestões constantes da presente carta.

Queira Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitar a expressão da nossa mais elevada consideração,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Bușoi C'.

Cristian-Silviu Bușoi
Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'C. Ehler'.

Christian Ehler
Relator:

SUGESTÕES

1. Recorda que o orçamento da União para 2025 deve refletir as prioridades políticas da nova legislatura, que deve centrar-se na plena execução dos programas acordados no atual QFP e na execução dos ambiciosos objetivos digitais e de neutralidade climática no âmbito destes programas; rejeita a ideia de que novos desafios ou pagamentos de juros inesperadamente elevados podem ser financiados através da redução de programas emblemáticos existentes, como o Horizonte Europa, o Programa Europa Digital e o Fundo Europeu de Defesa;
2. Salienta que é necessário um financiamento adicional suficiente da UE para cumprir os objetivos estabelecidos pela nova legislação da UE de apoio às transições energética e ambiental e digital, em particular a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), que deve disponibilizar financiamento para apoiar o Regulamento Indústria de Impacto Zero e o Regulamento Matérias-Primas Críticas, e assegurar a aplicação bem-sucedida dos pacotes legislativos Objetivo 55 do Pacto Ecológico Europeu, relativos à configuração do mercado da eletricidade e aos mercados de gás natural e de gás renovável e de hidrogénio; insiste em que iniciativas da UE como o Novo Bauhaus Europeu, a Conectividade Segura, o Regulamento Circuitos Integrados Europeu e o Banco do Hidrogénio devem receber orçamento adicional, a fim de garantir a sua continuidade e aumentar o seu nível de ambição; sublinha especificamente os objetivos acordados no âmbito da Diretiva Energias Renováveis e da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios, que devem ser apoiados por financiamento nacional e da UE, incluindo o Mecanismo Interligar a Europa, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como o Fundo Social para o Clima;
3. Insiste em que o orçamento da União para 2025 deve continuar a dar resposta às consequências da guerra de agressão da Rússia, prestando apoio direto e programas de cooperação à Ucrânia e, de um modo mais geral, reforçando a autonomia estratégica aberta, a independência energética, a competitividade da União, com especial destaque para as PME, as empresas de média capitalização e as empresas em fase de arranque, a transição digital, a cibersegurança e as capacidades de defesa;
4. Recorda a necessidade de reforçar a resiliência da economia da UE e a competitividade das indústrias da União, com as futuras políticas industriais da UE a contribuir para a consecução dos objetivos sociais e ecológicos; crê, por conseguinte, que o orçamento da União para 2025 deve investir fortemente na competitividade industrial, criando vias para a descarbonização dos setores industriais, garantindo simultaneamente as cadeias de abastecimento da UE para uma série de setores e tecnologias estratégicos; considera que a autonomia tecnológica, o crescimento sustentável e a criação de emprego de qualidade são fundamentais para alcançar os objetivos da União a longo prazo em matéria de energia e clima; regista com preocupação o impacto da crise energética nas indústrias com utilização intensiva de energia e nos setores conexos; insta, neste contexto, a Comissão a apresentar recomendações sobre o pedido e a aprovação rápida dos auxílios estatais; reitera o apelo à manutenção de um financiamento visível e dedicado às PME de média capitalização e aos programas de empresas em fase de arranque, a fim de confirmar o compromisso da União Europeia de apoiar o seu papel na promoção da inovação, do crescimento sustentável e inclusivo, do emprego e da coesão social; salienta que são necessários investimentos ecológicos e sociais a nível da UE e a nível nacional para alcançar uma transição ecológica socialmente justa;

5. Recorda que o orçamento de 2025 para o Horizonte Europa será o primeiro orçamento anual no âmbito do segundo plano estratégico para o Horizonte Europa; salienta que o financiamento do Horizonte deve ser suficiente para alcançar os objetivos a curto prazo para 2030, mantendo simultaneamente um investimento suficiente na investigação precoce para garantir que a Europa dispõe da base de conhecimentos de que necessita para os desafios de 2040 e 2050; lamenta que o atual nível de financiamento do Horizonte Europa seja insuficiente para desenvolver as ideias e tecnologias necessárias para as transições ecológica e digital ou para alcançar os objetivos de crescimento sustentável e autonomia estratégica aberta; exorta a um aumento do orçamento de 2025 para o Horizonte Europa, permitindo que cada subprograma financie pelo menos 50 % de todas as propostas «excelentes», quando atualmente mais de 70 % dessas propostas são rejeitadas devido à insuficiência de fundos; apoia a continuação dos investimentos em iniciativas estratégicas do Horizonte Europa, como o Novo Bauhaus Europeu; insiste em que todas as anulações de autorizações disponíveis nos termos do artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento Financeiro devem ser utilizadas;
6. Sublinha que as preocupações em matéria de segurança do aprovisionamento energético, os elevados preços da energia e a transição em curso da UE para a neutralidade climática significam que a questão da pobreza energética será crucial nos próximos meses e anos; salienta que a redução da pobreza energética exige investimentos europeus e nacionais;
7. Solicita financiamento e pessoal adequados para todas as agências e organismos da União nos domínios de intervenção da indústria, da investigação, da energia e da cibersegurança, a fim de fazer face ao aumento da carga de trabalho e às novas obrigações regulamentares.

ANEXO: ENTIDADES OU PESSOAS SINGULARES DE QUEM O RELATOR RECEBEU CONTRIBUTOS

O relator declara, sob a sua responsabilidade exclusiva, não ter recebido quaisquer contributos de entidades ou pessoas singulares que, em virtude do artigo 8.º do anexo I do Regimento, devessem ser indicadas no presente anexo.